

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

CONGRESSO NACIONAL

Plenário – 15/12

Está prevista sessão de vetos para deliberação de vetos e do Orçamento Federal.

Resultado: Com 398 votos favoráveis dos deputados e 44 dos senadores, o Congresso Nacional aprovou nesta sexta-feira (16) o Projeto de Resolução (PRN) 3/2022, que define critérios de distribuição das emendas de relator-geral do Orçamento, as emendas RP9. O parecer foi apresentado pelo relator, senador Marcelo Castro (MDB-PI), na sessão de quinta-feira (15), quando o seu texto substitutivo a ser discutido no Plenário. O texto vai à promulgação.

O PRN 3/2022, apresentado pelas Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados, estabelece critérios para dar transparência às emendas de relator-geral do Orçamento. Segundo Castro, que também é relator do Orçamento de 2023 (PLN 32/2022), a matéria estabelece critérios de proporcionalidade e impessoalidade na aprovação e execução dessas emendas. Ele argumentou que as mesmas características presentes no processo de execução das emendas individuais, também serão aplicadas na RP9.

Também foram aprovados 25 projetos de lei do Congresso Nacional que autorizam crédito suplementar ou especial. Seguem para sanção.

SENADO FEDERAL

Plenário – 13 a 15/12

A Presidência divulgou as possíveis proposições a serem discutidas nesta semana, podendo ser deliberada na terça-feira a PEC 13/2019, que autoriza os municípios a reduzir o valor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para quem adotar ações ambientalmente

sustentáveis em seus imóveis. Também consta na pauta o PL 4.973/2020, que Altera a Lei Maria da Penha, para estabelecer que os órgãos de segurança pública deverão publicar mensalmente os dados relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Entre as demais matérias pautadas, destaca-se:

- PL 4815/2019, que Altera a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), e a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, para dispor sobre a implementação de ações de assistência social, a promoção da saúde mental e a prevenção do suicídio entre profissionais de segurança pública e defesa social e para instituir as diretrizes nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública e defesa social.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.

Resultado: O Senado aprovou, nesta quinta-feira (15), o projeto que busca impedir o cancelamento de títulos de terra concedidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) antes de 1997 por falta de cumprimento de condições estabelecidas naquela época (PL 2.757/2022). O projeto é do senador Confúcio Moura (MDB-RO), teve relatoria do senador Paulo Rocha (PT-PA) e segue agora para a análise da Câmara dos Deputados.

O Senado aprovou a PEC do IPTU Verde, para reduzir a taxa do contribuinte que adota ações ambientalmente sustentáveis em seu imóvel. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 13/2019, de autoria do senador Plínio Valério (PSDB-AM), permite aos municípios reduzir o valor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para incentivar a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade. Foram 70 votos favoráveis na votação em primeiro turno e 65 votos favoráveis na votação em segundo turno. Não houve votos contrários. O texto agora segue para votação na Câmara dos Deputados.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 13 a 15/12

A Câmara dos Deputados inicia nesta semana a análise da Proposta de Emenda à Constituição 32/22, a PEC da Transição. O texto foi aprovado pelo Senado na quarta-feira passada (7).

Ainda não consta na pauta mas poderá ser incluído o PL 6690/2002, que Estabelece normas gerais relativas ao funcionamento das polícias estaduais e do Distrito Federal, e dos corpos de bombeiros, e dá outras providências.

Vale ressaltar ainda que há vários requerimentos de urgência na pauta para que as matérias possam ser incluídas nas deliberativas. Outras matérias poderão ser pautadas mediante acordo de líderes.

Resultado: O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), anunciou para a próxima terça-feira (20) a votação da PEC da Transição (PEC 32/22). A PEC deverá ser analisada no decorrer de terça-feira, de manhã à tarde.

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (14) projeto de lei que cria a lei orgânica nacional das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares. A proposta será enviada ao Senado. O texto aprovado é um substitutivo do relator, deputado Capitão Augusto (PL-SP), para o Projeto de Lei 4363/01, do Poder Executivo, estabelecendo normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares. Para acessar o parecer de Plenário [clique aqui](#).

**Comissão de Constituição e Justiça (CCJC) – 13/12, às 13h, 14 e 15/12, às 9h –
Plenário 01**

PEC 423/2014, que Altera dispositivos da Constituição Federal para permitir à União e aos Estados a criação de polícia única e dá outras providências. A relatora, Dep. Bia Kicis (PL-DF), não apresentou seu parecer.

Resultado: Não deliberado.

PL 5693/2019, que Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, na parte em que dispõe sobre o processo e julgamento de crimes de responsabilidade cometidos pelas autoridades elencadas no art. 52, II, da Constituição Federal.

Resultado: Não deliberado.

PL 1269/2022, que acrescenta o Art. 16-A na Lei Federal nº 8.429 de 02 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências, especificamente nos efeitos jurídicos das declarações de indisponibilidade de bens.

O relator, deputado Lafayette de Andrada (REPUBLIC-MG), apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

Resultado: Aprovado. A matéria segue para análise do Senado, salvo apresentação de recurso para que também seja analisada pelo Plenário.

Comissão de Trabalho (CTASP) – 14/12 – 10h - Plenário 13

ITEM 1 – PL 5317/2009, que Autoriza as providências para a divulgação, pela internet, das informações relativas a gastos públicos classificados como indenizatória. O relator, deputado Tiago Mitraud (NOVO-MG), apresentou parecer pela aprovação da proposta, na forma de substitutivo, e pela rejeição de outros pensados.

Resultado: Não deliberado.

ITEM 3 – PLP 409/2014, que Institui a Lei da Meritocracia, através do Planejamento Estratégico da Administração Pública Brasileira e do Sistema Nacional de Gestão de Alto Desempenho, autoriza a celebração de Acordos de Resultados e Contratos de Gestão e dá



outras providências. O relator, deputado Tiago Mitraud (NOVO-MG), apresentou parecer pela aprovação da proposta, na forma de substitutivo.

Resultado: Não deliberado.